

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE EDUCADORES  
PARA EDUCAÇÃO BÁSICA  
Área de Concentração: Educação Inclusiva

ELIZABETH JUNQUEIRA SANTOS

**O AUXILIAR DE APOIO AO EDUCANDO NA INCLUSÃO DA  
CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA**

Belo Horizonte

2019

ELIZABETH JUNQUEIRA SANTOS

## **O AUXILIAR DE APOIO AO EDUCANDO NA INCLUSÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação Inclusiva

Orientadora: Erika Lourenço

Belo Horizonte

2019

S237a  
TCC

Santos, Elizabeth Junqueira, 1976-

O auxiliar de apoio ao educando na inclusão da criança com deficiência  
[manuscrito] / Elizabeth Junqueira Santos. - Belo Horizonte, 2019.  
45 f., il.

Trabalho de Conclusão de Curso -- (Especialização) - Universidade  
Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

Orientadora: Erika Lourenço.

1. Educação inclusiva. 2. Educação especial. 3. Educação de crianças. 4.  
Formação profissional. 5. Pessoal - Treinamento.

I. Lourenço, Erika. II. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade  
de Educação. III. Título.

CDD – 371.9

**Catálogo da Fonte** : Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)

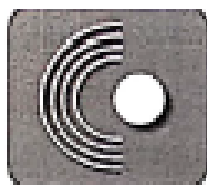
Bibliotecário: Ivany Duarte. CRB6 2409

(Atenção: É proibida a alteração no conteúdo, na forma e na diagramação gráfica da ficha catalográfica!)

---

\* Ficha catalográfica elaborada com base nas informações fornecidas pelo autor, sem a presença do trabalho físico completo. A veracidade e correção das informações é de inteira responsabilidade do autor, conforme Art. 299, do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940 - "Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita..."

† Conforme Art. 297, do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940: "Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro..."



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
Curso de Especialização em Formação de Educadores para  
Educação Básica

ATA DE DEFESA DO SEPTINGENTÉSIMO SEPTUAGÉSIMO SEGUNDO TRABALHO FINAL DO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA EDUCAÇÃO BÁSICA  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EDUCAÇÃO INCLUSIVA, PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS,  
ACESSIBILIDADE. PRÁTICA EDUCATIVA

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezanove, realizou-se, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, a apresentação do trabalho final de conclusão do Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica – com o título “O auxiliar de apoio ao educando na inclusão de criança com deficiência”, do(a) aluno(a) Elizabeth Junqueira Santos. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores: Érika Lourenço (orientador) e Deborah Rosária Barbosa. Os trabalhos iniciaram-se às 8h, atendendo a uma escala de apresentações definida pelo(a) orientador(a). Após a apresentação oral do trabalho, a banca examinadora fez uma arguição ao aluno(a). A banca se reuniu, em seguida, sem a presença do(a) aluno(a) e do público, para fazer a avaliação final. Em conclusão, a banca examinadora considerou o trabalho APROVADO, atribuindo-lhe a nota 84, conceito B. O resultado final do trabalho foi comunicado ao aluno(a), que deverá encaminhar à Secretária do curso a versão final em meio digital para (laseb@fae.ufmg.br) e submeter o trabalho salvo em formato PDF/A de acordo com as orientações da Biblioteca universitária da UFMG, Repositório Institucional (www.repositorio.ufmg.br). Nada mais havendo a tratar, eu, Luciana Gomes da Luz Silva, secretária do colegiado do curso, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será por mim assinada e pelos demais membros presentes. Belo Horizonte 07 de dezembro de 2019.

Aluno(a) Elizabeth Junqueira Santos  
Elizabeth Junqueira Santos

Registro na UFMG: 2018748658

Érika Lourenço  
Érika Lourenço  
Professor(a) Orientador(a)

Deborah R. Barbosa  
Deborah Rosária Barbosa  
Professor(a) Convidado(a)/avaliador(a)

Luciana Gomes da Luz Silva  
Luciana Gomes da Luz Silva  
Secretária do Colegiado de Curso de Especialização  
Em Formação de Educadores para Educação Básica

## **AGRADECIMENTOS**

AGRADECIMENTOS A Deus, Nossa Senhora Aparecida. Aos meus pais Alba e Ademir que desde sempre estiveram do meu lado, rezando, ajudando e torcendo por mim. Ao meu marido Sérgio que sempre me incentivou e me apoiou durante toda essa caminhada, dando-me força e ânimo. Aos meus filhos Juliana e Leonardo, que me dão incentivos e coragem para crescer e aprender coisas novas a cada dia. Aos meus seis irmãos, que vibraram comigo quando comecei a fazer a especialização. Às minhas amigas da EMEI: Lourdes, Luciana e Gabriela, parceiras de todos os sábados, que foram fundamentais para a minha formação, dando-me forças para não desistir, e me ensinando muito através de suas práticas educacionais. À Universidade Federal de Minas Gerais, e toda a equipe de professores e funcionários do LASEB, principalmente a minha orientadora Profa. Dra. Erika Lourenço, que exalto pela excelência e sabedoria concedida a mim, por todo suporte, paciência e apoio durante as ACPP's.

Assim, deixo a todos o meu muito obrigada.

## RESUMO

A inclusão de alunos com deficiência está cada vez mais presente nas escolas brasileiras, no entanto, as escolas precisam se adequar tanto estruturalmente, quanto nos seus recursos humanos, para atender e acompanhar melhor esses alunos. Assim, o objetivo deste trabalho foi propor reflexões sobre a prática dos Auxiliares de Apoio ao Educando e contribuir para que eles, juntamente com os professores se sintam como agentes mediadores nos processos de aprendizagem da criança com deficiência. Para tanto, foi realizado um questionário com esses profissionais, o qual identificou a necessidade de realização de oficinas, rodas de conversa e formações, com o intuito de possibilitar a troca de experiência e a construção de conhecimento, uma vez que a formação continuada tem papel fundamental na prática inclusiva. O plano de ação foi realizado em quatro encontros com os auxiliares de apoio ao educando. Esses encontros ocorreram na própria escola e foram divididos em rodas de conversa e atividades de formação. Concluiu-se após a avaliação do referido plano de ação que a parceria entre o auxiliar e o professor é fundamental para que a inclusão realmente aconteça e que esses encontros devem continuar acontecendo nos próximos anos.

Palavras-chave: auxiliar de apoio ao educando; formações; inclusão

# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	
1.1 Apresentação.....	8
1.2 Contextualização da EMEI.....	11
<b>2 OBJETIVOS</b> .....	15
2.1 Objetivo Geral.....	15
2.2 Objetivos Específicos.....	15
<b>3 REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	16
3.1 Breve histórico da Educação inclusiva.....	16
3.2 A inclusão em Belo Horizonte.....	19
3.3 Levantamento da legislação específica para os auxiliares de apoio ao educando.....	22
3.4 O professor e o Auxiliar de Apoio ao Educando; uma parceria necessária.....	24
<b>4 PROCEDIMENTOS</b> .....	27
4.1 Aplicação de questionário para observar as demandas dos auxiliares de apoio ao educando.....	27
4.2 A importância da roda de conversa, formações e das oficinas em grupo.....	29
4.3 O plano de ação.....	30
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	32
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	38
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	40
<b>APÊNDICE A</b> .....	43
<b>APÊNDICE B</b> .....	45

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 Apresentação

Minha prática pedagógica na Educação Infantil, iniciou-se no ano de 1995 quando terminei o curso de Magistério e comecei a dar aulas em uma escola de minha família para crianças de cinco a seis anos. No ano de 2000, ingressei em uma escola particular como secretária e no ano seguinte eu já estava efetivada. Sempre digo que nessa escola aprendi muito e que ela foi o pilar de todos os meus esforços e conhecimentos sobre a educação infantil. Fazíamos cursos diversos e estávamos sempre nos especializando e correndo atrás de novidades e conhecimentos na área da Educação Infantil, mesmo trabalhando na secretaria.

Minha vontade de fazer uma graduação já era enorme e existia o sonho de fazer pedagogia. Acabei prestando vestibular em algumas faculdades privadas e públicas e, na época, passei em quatro faculdades privadas e a faculdade escolhida foi o Unicentro Newton Paiva. Por motivos diversos cursei Ciências Contábeis, mesmo sonhando com Pedagogia.

No ano de 2012, prestei concurso para Educador Infantil da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) e fui lotada na Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI X)<sup>1</sup>, na qual trabalho até hoje. A partir desse ano, iniciei uma nova fase de minha vida profissional na primeira etapa da educação básica, a Educação Infantil. Um dos grandes desafios que vivemos dentro da Rede Municipal de Ensino (apesar de serem muitos) é a inclusão social, uma vez que, temos que pesquisar e estudar bastante cada caso, para que possamos trabalhar no sentido de contribuir para a educação das crianças com deficiência.

Nestes sete anos de trabalho na Rede Municipal de Ensino, inserimos na EMEI crianças com deficiências e com especificidades variadas. São casos de Síndrome de Down, autismo, surdez parcial, baixa visão, paralisia cerebral, dentre outros.

Durante estes anos de trabalho, nós professoras, então, nos deparamos com a inserção das crianças com deficiências e tentamos nos organizar ao máximo, para oferecer apoio e trabalho pedagógico que auxiliasse no desenvolvimento dessas crianças, na sala de aula e em todo o espaço físico da escola, além do desenvolvimento da socialização.

---

<sup>1</sup>Optei por não identificar a EMEI, por isso, vou me referir a ela como EMEI X.



A escola já possui um bom trabalho e é muito inclusiva, ressaltando a importância das relações entre todos os alunos, a socialização e a percepção de cada um com suas diferenças, sem preconceitos e discriminações, junto às crianças e famílias, o respeito e a solidariedade dentro desse processo educativo. Essas, são crianças de um a seis anos de idade da referida EMEI, que se localiza na região da Pampulha de Belo Horizonte, que assim como as demais escolas de Educação Infantil do município assegura vaga e matrícula para as crianças com deficiências.

A inclusão de crianças com deficiência é um tema importante no contexto da história da educação. Por esse ser um tema que necessita de mais estudos e aprofundamento, senti a necessidade de compreender e reconhecer as dificuldades que o auxiliar de apoio ao educando possui em relação ao tema.

O plano de ação proposto, não apenas foi um requisito do curso de pós-graduação especialização em Educação Inclusiva em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mas também veio atender a uma demanda da própria escola para que possamos continuar dando importância a essas crianças e encontrarmos melhores formas de atuação como profissionais. Nossos esforços são muitos, mas ao mesmo tempo sem uma formação específica e melhores orientações e informações sobre cada especificidade, às vezes, me deparo com indagações e ainda frustrações sobre cada criança e seu caso específico de desenvolvimento e inserção.

Cada vez mais estamos percebendo a entrada da criança com deficiência na escola, visto isso, o papel da auxiliar de apoio ao educando vem se tornado um papel de destaque. Através disso é importante discutir as concepções a cerca dessa atividade, a importância e as dificuldades dos auxiliares ao apoio ao educando no processo de desenvolvimento da criança com deficiência, fazendo com que eles se sintam como parte integrante desse processo.

Este trabalho se dedica a esclarecer as diferentes funções do papel do auxiliar de apoio ao educando na inclusão escolar, como agente mediador nos processos de desenvolvimento e aprendizagem do aluno. Para tanto foi realizado um estudo bibliográfico, onde os resultados revelaram não só a importância dos profissionais da educação estar atentos ao contexto escolar, e às configurações subjetivas de cada aluno, como também a necessidade de distinção e parceria ao professor regente com o auxiliar de apoio.

Considera-se que cabe ao auxiliar de apoio ao educando, o papel de atuar, juntamente com o professor no desenvolvimento do aluno com deficiência, estimulando a autonomia e a capacidade de desenvolver, a partir de intervenções e adaptações curriculares as potencialidades de cada aluno. Tais adaptações podem ocorrer tanto na construção de materiais pedagógicos propostos pela professora, quanto na mediação social entre a criança e o ambiente.

Os esforços dos auxiliares de apoio ao educando são muitos, mas, ao mesmo tempo, sem uma formação específica e melhores orientações e informações sobre cada especificidade, deparamos no interior da escola com indagações e frustrações sobre cada criança e seu caso específico de desenvolvimento e inserção.

Propus então, para o presente estudo, um levantamento de demandas com a aplicação de questionários, que foram aplicados aos auxiliares de apoio ao educando a respeito da inclusão e inserção das crianças. Em seguida, optei por realização de reuniões de formação e rodas de conversa com profissionais do Atendimento Educacional Especializado (A.E.E), que se pautaram em possíveis propostas e demandas que esses profissionais queriam saber.

As questões que mais interrogam são: será que estamos realmente trabalhando da forma correta? Como lidar com determinada deficiência? As nossas formas de atuação estão adequadas à inserção das crianças com deficiência? Como podemos auxiliar o professor no desenvolvimento dessas crianças?

Outra questão importante nas formações propostas é não reforçar a abordagem clínica da compreensão das deficiências, que muitas vezes leva os auxiliares a se deslocarem para a situação da “discussão de casos”, debruçando-se mais na pergunta “O que o aluno tem”? Ao invés de perguntar “O que o aluno sabe e como ele aprende? ”

A partir dos encontros realizados, propus a mudança da prática com as crianças com deficiência e foi sugerido pelas auxiliares que essas rodas de conversa e formações continuassem a acontecer na EMEI no período de pelo menos uma vez por mês.

## 1.2 Contextualização da EMEI X

FIGURA 1 – ENTRADA DA EMEI



FONTE: Arquivo Pessoal (2019)

A EMEI X localiza-se em Belo Horizonte, na Região da Pampulha. Na EMEI temos 23 turmas no total, 46 professores considerando turno da manhã e tarde. Temos dez turmas parciais no turno da manhã e dez turmas parciais no turno da tarde além de três turmas integrais.

Dos 46 professores, 18 estão lotados no turno da manhã, 19 no turno da tarde e quatro professoras atendem o turno intermediário (demanda das turmas integrais). Na escola há uma diretora, uma vice-diretora, uma coordenadora de turno a tarde, uma coordenadora de turno de manhã, uma coordenadora horário integral.

Temos 374 alunos matriculados na EMEI, sendo 177 no turno parcial tarde, 152 parcial manhã e 45 alunos matriculados no turno integral. Para esse número de alunos temos: cinco cantineiras, quatro faxineiras e um porteiro. Temos também as auxiliares de apoio ao educando que são 19. Essas funcionárias trabalham 40 horas semanais.

No mês de setembro de 2018, a prefeitura de Belo Horizonte implementou a Lei Municipal 11.132 que deu autonomia das UMEIS (BELO HORIZONTE, 2018). Diante desse fato, a EMEI, que, antes tinha uma escola polo na mesma regional e que dependia dessa “escola sede” para as tomadas de decisões, se emancipou e conquistou autonomia pedagógica, administrativa e financeira. Esse fato foi uma das grandes conquistas da categoria, pois além disso, houve o aumento de até quatro níveis, melhorando assim, o salário de toda a categoria. Foi criado o cargo comissionado de vice-diretor de EMEI e de coordenador pedagógico geral, o cargo comissionado de Secretário Escolar, além dos cargos de bibliotecário e assistente administrativo educacional. Conforme o que foi dito, a Lei 11.132 deixa claro que:

Estabelece a autonomia das Unidades municipais de Educação Infantil – UMEIS, transformando-as em Escolas Municipais de Educação Infantil – EMEIS, cria o cargo comissionado de Diretor de EMEI e de Coordenador Pedagógico Geral, o cargo comissionado de Secretário Escolar, os cargos públicos de Bibliotecário Escolar e Assistente Administrativo dá outras providências.(BELO HORIZONTE, 2018,*caput*)

Essa mudança foi muito importante para a Educação Infantil pública na cidade, pois, dessa forma, iniciou-se o processo de emancipação das Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEIs), com diversas mudanças, entre elas o início da unificação das carreiras entre professor para educação infantil e professor municipal, e a autonomia das UMEIS, que já mudou de nome para Escola Municipal de Educação Infantil – EMEI. No ano de 2017 aconteceu a primeira eleição para direção e vice-direção das EMEIs.

Aconteceu também a transição dos funcionários da cantina, faxina, portaria e monitoria de inclusão, que antes eram da Caixa escolar e agora foram para a empresa Minas Gerais Serviços (MGS). Com isso, o novo nome dos monitores de inclusão passaram a ser auxiliar de apoio ao educando (AAE), e agora não faz mais diferença entre auxiliar de sala e de auxiliar de inclusão.

Temos 15 salas de aula, sendo que uma está sendo usada como brinquedoteca e uma como sala de vídeo e biblioteca. No ano de 2012 eram apenas sete salas, além do berçário. Com a obra de ampliação em 2012, foi construído um anexo que conta com mais sete salas totalizando as 15.

Temos um espaço para a Secretaria Escolar onde trabalham a secretária da EMEI e dois assistentes administrativos, que têm como principais funções, o atendimento ao público, realizam matrículas, auxiliam nos cadastros de ingressos na EMEI e no que encaminham para o ensino fundamental, confeccionam e fazem a manutenção dos diários, além de auxiliarem em diversas demandas dos professores.

Existe também um espaço que atualmente é utilizado como sala de vídeo, biblioteca e brinquedoteca. Os livros ainda não são catalogados pois, as EMEIS não dispõem de um profissional de biblioteca. Este espaço era o berçário até ano de 2017, quando a Secretaria Municipal de Educação (SMED), resolveu não abrir o berçário em 2018. Então essa sala que era nosso berçário atualmente é ocupada com essas multifuncionalidades.

Temos também uma cantina e um refeitório. Nosso refeitório é bem pequeno tendo em vista que atendia sete salas até 2012 e quando ocorreu a obra de ampliação, ele não foi reformulado para atender mais sete salas. Mesmo trazendo os alunos em

horários alternados, o refeitório ficou desproporcional a capacidade de alunos. Seu espaço não permite que um cadeirante, por exemplo, possa circular e ficar em lugares diferentes dentro do refeitório. Isso faz com que esse aluno cadeirante fique todos os dias do lado de fora do refeitório.

A respeito dos pátios, temos vários espaços para as crianças aproveitarem fora de sala. Nossa EMEI é privilegiada com um espaço bem grande externo. Entre o prédio antigo e o anexo temos um bosque, que é uma área verde onde os alunos podem ter contato com a terra, por exemplo. Temos um campinho, e, um hall de entrada que às vezes é utilizado para algumas atividades, além de mais dois pátios grandes. Temos dois sanitários, um deles é de acessibilidade o outro fica na lavanderia utilizado pelos funcionários terceirizados. São seis banheiros infantis, quatro na parte antiga do prédio e dois na parte ampliada. São três banheiros com sinalização para meninas e três para meninos.

A EMEI X matricula alunos com deficiência desde sua inauguração no ano de 2004. Incluir todas as crianças e, especificamente a criança com deficiência é um compromisso assumido pela (SMED)

Atender a criança com deficiência significa reconhecê-la como uma cidadã de direitos, proporcionando um ambiente privilegiado de relações de afetos, de educação e de cuidados. Uma ação educativa comprometida com a cidadania e com a formação da sociedade democrática e não excludente deve necessariamente promover o convívio com a diversidade, que é marca da vida social brasileira. (RCNEI's, 2002, p.35).

Dentro da EMEI a questão da diversidade cultural e a questão da inclusão das crianças com deficiências está, a cada dia, mais sendo repensada e analisada em nossas ações cotidianas. No sentido de estarmos a cada dia pensando em estratégias que dêem as crianças possibilidades que cada um participe das atividades com os seus pares, participando das rotinas em sala de aula e demais espaços da escola. A participação e interesse dos AAE nas formações e rodas de conversa, tem sido de suma importância no desenvolvimento do trabalho com as crianças com deficiência.

Respeitar a individualidade e necessidades de cada criança em nossa Instituição é possível de se ver em cada ato das auxiliares que estão a todo o momento, junto com o professor, despertando nas crianças o seu potencial como ser humano e dentro de cada necessidade possibilitando um fazer pedagógico que faz com que cada um, dentro do seu potencial, desenvolva e cresça a cada dia.

Em 2019, temos 16 alunos matriculados com alguma deficiência na EMEI, sendo cinco no turno da manhã, seis no turno da tarde e 5 no período integral. Atualmente temos alunos com deficiência matriculados em todas as faixas etárias. As deficiências são apresentadas nos laudos são: atraso na linguagem e no desenvolvimento neuropsicomotor, surdez severa, transtorno global do desenvolvimento, transtorno do espectro autista, e Síndrome de Down.

Todos os professores da EMEI possuem curso superior e alguns deles possuem pós-graduação em uma ou mais especializações.

A exigência de escolaridade para o cargo de Auxiliar de Apoio ao Educando é de Ensino Médio completo. A formação para esses funcionários é feita através de cursos oferecidos pela SMED nos meses de janeiro e julho de cada ano.

## **2. OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo Geral**

Investigar o papel e a prática dos Auxiliares de Apoio ao Educando e contribuir para que eles se sintam como agentes mediadores nos processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança com deficiência.

### **2.2 Objetivos Específicos**

- A partir de rodas de conversa entre os AAE, buscar promover a troca de experiências e fazer reflexões sobre a importância desse profissional.
- Contribuir com a formação dos AAE, com a intenção de aumentar o conhecimento a respeito da educação inclusiva e de algumas deficiências.
- Proporcionar atividades experimentais, através de oficinas com jogos para serem desenvolvidos não só com o aluno com deficiência, mas com toda a turma.

### **3. REVISÃO DE LITERATURA**

#### **3.1 Breve Histórico da Educação Inclusiva**

Lourenço (2010, p.7), “Estamos vivendo um momento da história da educação brasileira no qual, mais uma vez, a escola se vê diante da necessidade de se transformar”.

O direito ao ensino deve ser dado a todos, não somente a alguns segmentos da sociedade, porém isso nem sempre acontece. Muitas escolas não aceitam alunos com algum tipo de deficiência, negando a eles o direito ao estudo e a educação. Neste capítulo, vamos conhecer e apresentar um breve histórico da educação inclusiva no contexto dos direitos humanos.

O ano de 1994 foi marcado pela Declaração de Salamanca, que definiu políticas, princípios e práticas da Educação Especial. A partir daí, passou-se a considerar a inclusão de estudantes com necessidades educativas especiais, tanto nos espaços sociais quanto em salas de aulas regulares, como a forma mais avançada de democratização das oportunidades educacionais, considerando as escolas inclusivas como meio mais eficaz de combater a discriminação. Neste mesmo ano, foi publicada a Política Nacional de Educação Especial. Essa política garante o acesso dos estudantes com deficiência às classes comuns do ensino regular, no entanto, não provoca uma reformulação das práticas educacionais de maneira que sejam valorizados os diferentes potenciais de aprendizagem no ensino comum, mas mantém apenas a responsabilidade da educação desses estudantes exclusivamente no âmbito da educação especial. (BRASIL, 1994)

Observa-se em seguida, no ano de 1996, a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconizou que os sistemas de ensino devam assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e assegura a aceleração de estudos aos superdotados para a conclusão do programa escolar. Essa lei atribui às redes de ensino o dever de disponibilizar todos os recursos necessários para o atendimento igualitário entre os estudantes com necessidades educacionais especiais e os demais estudantes. (BRASIL, 1996).



Em 1999, o decreto nº 3.298, regulamentou a Lei nº 7.853/89, que dispunha sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência. (BRASIL, 1999)

Após dois anos da criação do referido decreto 3.298, no ano de 2001, a resolução CNE/CEB em seu artigo 2º, estabelece que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com deficiência, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”. Nesse mesmo ano, o Plano Nacional de Educação (PNE) *apud* BRASIL (2007, p. 3) que destaca que “o grande avanço que a década deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”. (Lei nº 10.172) Além de destacar a formação ineficiente dos profissionais da educação, a acessibilidade e o atendimento educacional especializado como fatores que não permitem a efetivação do sistema educacional inclusivo (BRASIL, 2007).

Preocupado com a formação dos profissionais de educação, sob a ótica da inclusão escolar, o Conselho Nacional de Educação estabelece em 2002 a resolução CNE/CP nº 1/2002 que obriga as instituições de ensino superior a ajustar os currículos dos cursos de licenciaturas inserindo nestes conteúdos que possibilitem aos futuros docentes a compreensão sobre as diversidades e as especificidades de cada aluno. Com isso, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) torna-se conteúdo curricular dos cursos superiores através da lei Nº 10.436/02, regulamentada pelo Decreto nº 5.626/05 BRASIL (2007).

Em relação ao Braille em salas de aula, houve a portaria nº 2.678/02 do MEC que aprova normas para o uso, o ensino, a difusão do Braille em todas as modalidades de Educação. No próximo ano, a inclusão se difunde. É implementado pelo Ministério da Educação (MEC), o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, com vistas a apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, garantindo o acesso de todos à escolarização, a oferta do atendimento educacional especializado e a garantia da acessibilidade, promovendo a formação de professores para atuar na disseminação da Educação Inclusiva. (BRASIL, 2002)

No ano de 2004, o Ministério Público Federal publica o documento “O Acesso de Alunos com Deficiência as Escolas e Classes Comuns da Rede Regular”, reafirmando o direito à escolarização de alunos com e sem deficiência no ensino regular. Tem-se também o Decreto nº 5.296/04 que regulamentou as leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00, estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade

às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida; tendo por objetivo promover a acessibilidade urbana e apoiar ações que garantam o acesso universal aos espaços públicos.(BRASIL, 2004)

A seguir, em 2006 aconteceu a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU), da qual o Brasil é signatário, estabelece que os Estados devam assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino. Proporcionando as pessoas com deficiência o acesso ao ensino inclusivo em todas as modalidades de ensino.(BRASIL, 2006)

No ano de 2007 foi publicado o Decreto nº 6.094, que estabelece nas diretrizes do compromisso, todos pela Educação, a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo seu ingresso nas escolas públicas. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), tem como eixos a formação de professores para a educação especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares e o acesso e permanência das pessoas com deficiência na educação superior. (BRASIL, 2007)

Após um ano, surge o Decreto 6.571, que foi criado para a sustentação da política denominada de “Educação Inclusiva” o qual “dispõe sobre o atendimento educacional especializado e modifica as regras do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB). O objetivo desse decreto é garantir recursos àqueles estudantes que efetivamente estejam matriculados em escolas públicas e recebendo atendimento educacional especializado e acrescenta-se no próximo ano a Resolução nº 4 que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, e estabelece as formas possíveis desse atendimento.(BRASIL, 2008)

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) é instituída em 6 de julho de 2015, destinada a assegurar e a promover em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania. (BRASIL, 2015)

Até aqui tratamos das orientações legais para a educação inclusiva no Brasil. As metas e as ações delineadas nessas leis, nesses decretos, programas, projetos e nessas diretrizes educacionais, em conjunto, levam a uma radical reestruturação do nosso sistema escolar e a transformação da nossa forma tradicional de pensar a função social da escola, a formação de professores, as práticas pedagógicas e as relações que se estabelecem no contexto escolar. (LOURENÇO, 2010, p.31)

### 3.2 A inclusão em Belo Horizonte

De acordo com o “Projeto Incluir. Redes de trocas – Inclusão Escolar – A rede Constrói Possibilidades”, em 1982, a Prefeitura de Belo Horizonte iniciou o atendimento educacional especializado por meio de convênios de cooperação entre a SMED e três instituições da rede privada. O objetivo dos convênios era garantir a oferta de serviços de diagnóstico, tratamento e escolarização especializada. (BELO HORIZONTE, 1982)

Em 1989, o então prefeito, Pimenta de Veiga, instituiu a matrícula compulsória de alunos com deficiência física nas escolas municipais pela Lei Nº 5602/89, que seu art. 1º assegura que, “fica assegurado ao aluno portador de deficiência física, independente de faixa etária, que apresente dificuldade de locomoção, matrícula automática na escola pública municipal mais próxima de sua residência”. (BELO HORIZONTE, 1989)

Em 1990, houve ampla descentralização das Administrações Regionais e foi criado o Departamento de Organização Escolar (DOE), no qual foi criado o Serviço de Ensino Especial, órgão técnico responsável pela coordenação da educação especial no município.

Em 1991, foi criado pela SMED, o Centro de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação (CAPE), que funcionava com uma estrutura nas diversas áreas de conhecimento, incluindo as oficinas de educação especial.

Com a elaboração da Resolução SMED/001/92, com a demanda cada dia maior dentro das escolas e com a obrigatoriedade de oferecer às crianças com deficiências uma escola de qualidade, criou-se salas de recursos e uma oficina Pública Profissionalizante (OPP) para pessoas com deficiência. As oficinas tinham o objetivo de preparar o aluno com deficiência para ser integrado nas escolas regulares, enquanto que as salas de recursos seriam equipadas com materiais de apoio pedagógico para os alunos já integrados, elas possuíam ainda o objetivo de oferecer cursos profissionalizantes para jovens e adultos com deficiência.

Em 1991, foi criado pela SMED, o Centro de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação (CAPE), que funcionava com uma estrutura nas diversas áreas de conhecimento, incluindo as oficinas de educação especial.

Em 1994, a Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte iniciou vigoroso e efervescente movimento com a implantação da Escola Plural. Neste contexto, foi

criado o Fórum das Escolas Especiais, o qual foi redimensionado com a representação de todas as Regionais, Salas de Recursos e da Oficina Pública Profissionalizante, passando a se denominar “Fórum da Educação Especial”.

A posse do novo prefeito, em 1997, Célio de Castro marcou o início de um novo quadriênio. Neste contexto, a Coordenação de Política Pedagógica (CPP), foi redimensionada, constituindo-se uma coordenação geral e cinco coordenadorias específicas: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial. Em 1998, o serviço de Ensino Especial foi desativado e a Coordenadoria de Educação Especial da CPP passou a incorporar as atribuições e competências relativas à gestão política pedagógica dessa modalidade educacional.

Muitos dos órgãos atuais e instâncias da educação municipal foram concebidos sob o paradigma da integração, o que representou a possibilidade de rever concepções e posturas baseadas na exclusão social. Entretanto, a luta pela plena igualdade de oportunidades e a contínua proliferação de grupos e segmentos excluídos ou marginalizados evidenciou os limites do paradigma da integração.

De acordo com Sasaki (1999), a integração social

... tem consistido no esforço de inserir na sociedade que alcançam um nível de competência com os padrões sociais vigentes. A integração tinha e tem o mérito de inserir o portador de deficiência na sociedade, desde que ele esteja de alguma forma capacitado a superar as barreiras físicas, programáticas e atitudinais nela existente. Sob a ótica dos dias de hoje, a integração constitui um esforço unilateral tão somente da pessoa com deficiência e seus aliados (a família, a instituição especializada e algumas pessoas da comunidade que abracem a causa da inserção social), sendo que estes tentam torná-la mais aceitável no seio da sociedade. (SASSAKI, 1999).

Conforme o autor destaca, a integração enfatiza a aspecto da preparação da pessoa com deficiência para que possa, um dia, ser considerado apto, ser integrado à sociedade. Já o paradigma da inclusão pressupõe que é a sociedade que deve se estruturar para assegurar a inserção de todos nos diversos espaços sociais. Para que possamos entender e discutir as bases de uma política educacional pautada no paradigma da inclusão, faz-se necessário caracterizar as estruturas e equipamentos que foram se constituindo ao longo da história da educação pública municipal, a situação atual de cada um deles para, a partir daí, traçarmos diretrizes, estratégias e metas para a construção de uma escola inclusiva.

Nos últimos anos, a demanda de alunos com deficiências tem aumentado em todos os níveis de ensino. A procura por matrículas, principalmente na Educação Infantil tem sido significativa, tanto na rede pública como nas instituições conveniadas.

Para atender essa demanda, a Rede municipal de ensino criou estratégias para que a inclusão escolar aconteça de fato, assim hoje a rede conta com os serviços de atendimento educacional às pessoas com deficiências: Núcleo de Inclusão Escolar da Pessoa com Deficiência, Equipe de Apoio à Inclusão das Pessoas com Deficiência, Condutas Típicas e Altas Habilidades, Frentes de Trabalho Permanente do Núcleo de Inclusão Escolar das Pessoas com Deficiência.

Há também o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte, que se constitui de um serviço da educação especial que complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com deficiências, transtorno global do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades. Os alunos são encaminhados através dos acompanhamentos das escolas que fazem parte da Equipe de apoio à Inclusão.

Mediante a demanda crescente das famílias pela escolarização de seus filhos com deficiência nas escolas regulares e visando a garantir a estas crianças e adolescentes o direito, acesso e permanência com qualidade nas escolas e instituições de Educação Infantil da rede municipal de ensino, a Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte vem propondo estratégias para a implementação da educação inclusiva no município.

A disponibilização AAE é uma estratégia que tem por objetivo proporcionar aos professores possibilidades de atender, de forma individualizada e quando necessário, aos alunos com deficiências em suas necessidades educacionais e, aos alunos, o atendimento a necessidades de locomoção, cuidados na alimentação e higiene, quando há comprometimento da autonomia para as atividades diárias.

Em Belo Horizonte, contamos com as Proposições Curriculares para a Educação Infantil, que propõe a organização do trabalho pedagógico através do desenvolvimento e ampliação das habilidades das crianças, pautadas nas Interações Educativas para a Educação Básica, no Município de Belo Horizonte.

As proposições Curriculares para a educação Infantil são, assim, uma aposta e um convite à reflexão, ao envolvimento ativo dos profissionais e a constantes reformulações que vão torna-la instrumento cada vez melhor e mais claro para orientar as instituições em suas ações pedagógicas cotidianas (Proposições curriculares Educação Infantil PBH 2009)

### **3.3 Levantamento da legislação específica para os auxiliares de apoio ao educando**

A fim de delimitar e instruir acerca do papel do auxiliar de apoio ao educando, a PBH publicou a “nota técnica nº 22 / 2013 / MEC / SECADI / DPEE, de 07 de março de 2013”, que especifica as atribuições destes profissionais, o público por estes atendidos, os requisitos necessários para a contratação e o que a escola precisa realizar para solicitar essas contratações. São estas.

Os auxiliares de apoio ao educando, responsáveis por pessoas com dificuldades de locomoção, higiene e alimentação, devem prestar apoio individualizado a esses sujeitos.

A demanda do auxiliar de apoio ao educando se justifica quando o estudante com deficiência, não for atendido no contexto geral dos cuidados disponibilizados aos outros estudantes, fazendo com que a escola favoreça o desenvolvimento da autonomia dessa criança, avaliando, juntamente com a família a possibilidade gradativa de retirar esse profissional.

A responsabilidade do ensino e aprendizagem desse aluno com deficiência, não é desse profissional de apoio, mas ele deverá atuar juntamente com o professor das salas de aula comum, e nas salas de recursos.

Os demais profissionais de apoio que atuam na escola, devem estar orientados a colaborar no atendimento às necessidades específicas dos estudantes com deficiência.

A concepção de deficiência, não deve ser associada a doença, invalidez ou carência. Todos os estudantes devem ser vistos como sujeitos de desenvolvimento pessoal e social, e que sejam consideradas as suas potencialidades.

As pessoas com deficiência devem ter assegurados os seus direitos de plena participação nos ambientes de aprendizagem.

De acordo com (BELO HORIZONTE, 2018), tornam-se atribuições dos Auxiliares de Apoio ao Educando:

- I - apoiar a criança com deficiência no desenvolvimento das atividades diárias;
- II – levar a criança a perceber-se como parte integrante do grupo social a que pertence (a turma);
- III- garantir o acesso e a participação da criança em todas as atividades de sua turma;
- IV- promover a interação e a comunicação: entender que a comunicação entre as pessoas é marcada e complementada por vários elementos comunicativos que

permitem compreender o outro e o mundo. Gestos, imagens, expressões faciais, são elementos importantes na comunicação;

V- promover a autonomia: auxiliar na dinâmica da sala de aula, estabelecendo com a criança uma relação positiva o mais independente possível;

VI- apoio na organização da rotina em sala de aula, registros, auxílio na confecção de materiais e atividades;

VII - registrar diariamente as ações e observações educativas, auxiliando o professor na proposição de novas ações e estratégias;

VIII- participar de formação para as quais for convocado;

IX- o auxiliar de apoio à inclusão atua na turma referência em que a criança com deficiência está matriculada. Quando, por qualquer motivo, na ausência da criança, o auxiliar permanecerá acompanhando a turma referência, desenvolvendo as atividades solicitadas pelo professor, salvo para substituir um auxiliar de apoio à inclusão faltoso, em outra forma;

X- o auxiliar não responderá a bilhetes e questionamentos da família da criança assistida em agendas e similares. Cabe à escola, professores, coordenadores e direção, conversar com as famílias sobre quaisquer aspectos.

Embora o auxiliar de apoio ao educando e o professor regente sejam dois profissionais essenciais para a inclusão, de aprendizado e de desenvolvimento dos alunos com deficiência, é importante ressaltar que existe diferença entre estes, porque o professor regente é responsável pela formação e aprendizado de toda uma turma, já o auxiliar de apoio ao educando é um agente mediador do desenvolvimento e aprendizado do aluno com deficiência.

Segundo (Moussinho, 2010) “O auxiliar de apoio ao educando é um profissional que presta atendimento educacional ao aluno que necessita de auxílio em tempo integral e irá auxiliar o professor regente, no trabalho com estes alunos “

O professor regente, a escola e o professor de apoio devem trabalhar em conjunto, mantendo suas funções especificadas e para que um possa ajudar o outro quando necessário. Esta parceria do professor de apoio com os demais profissionais da escola e família é essencial para que o profissional consiga alinhar as ações realizadas, compartilhar informações, aprender e elaborar métodos específicos para cada aluno. É por isso tão essencial o tempo diferencial citado na Instrução atual (Paraná. Instrução nº 004/2012).

### 3.4 O professor e o Auxiliar de Apoio ao Educando; uma parceria necessária

Lidar com a diversidade e com a diferença tem sido um desafio para os professores. Em todo momento somos surpreendidos por processos de aprendizagem, pois em qualquer situação observa-se procedimentos da construção do conhecimento.

O professor deve acreditar na potencialidade de todos os seus alunos e criar métodos para que eles consigam aprender, independentemente de suas diferenças e especificidades. Para isto, “ é fundamental que o professor nutra uma elevada expectativa em relação à capacidade de progredir dos alunos e que não desista nunca de buscar meios para ajudá-los a vencer os obstáculos escolares.” (MANTOAN, 2006).

Porém, muitas vezes o professor não consegue sozinho atender a toda essa diversidade e precisa de técnicas e profissionais especializados para ajudá-lo neste desafio.

A parceria entre mediador e escola favorece o estabelecimento de metas realistas no que se refere ao desenvolvimento, como também possibilita avaliar a criança de acordo com suas próprias conquistas. (MOUSSINHO, 2010, p37)

A principal função AAE é ser o intermediário entre a criança e as situações vivenciadas por ela, onde se depare com dificuldades de interpretação e ação. Logo, o auxiliar pode atuar como intermediário nas questões sociais e de comportamento, na comunicação e linguagem, nas atividades e/ou brincadeiras escolares, e nas atividades dirigidas e/ou pedagógicas na escola. Este profissional também atua em diferentes ambientes escolares, tais como a sala de aula, as dependências da escola, pátio e nos passeios escolares que forem de objetivo social e pedagógico. Também pode acompanhar a criança ao banheiro, principalmente se estiver com objetivo de desfralde, auxiliando nos hábitos de higiene, promovendo independência e autonomia no decorrer da rotina, em comum acordo com o professor.

O Auxiliar de Apoio ao Educando, deverá ser encarado como esse profissional que assume o papel de ajudar na inclusão do aluno com deficiência e não o papel de professor principal da criança. Ele deverá ser visto como mais um agente de inclusão em sala de aula, sem permanecer ali esquecido e excluído junto com o aluno. (MOUSSINHO, 2010)

O profissional de Apoio ao Educando deverá ser um profissional dinâmico e se preocupar em trazer o aluno com deficiência para perto do grupo, apoiar os professores em sala de aula e ajudar com as atividades e trabalhos de adaptação individualizada, a fim de permitir que os professores ganhem tempo com as demais atividades do dia a dia. Podem ajudar e apoiar as crianças na aprendizagem e



aplicação de jogos e atividades, com o auxílio do professor. Também devem proporcionar aos alunos uma atenção individual, quando estiverem com dificuldades com o material proposto para o resto do grupo.

Essa parceria entre auxiliar de apoio e professor, irá beneficiar o desenvolvimento da criança com deficiência e ajudará no processo de ensino e aprendizagem da mesma.

Pensando nas definições dos marcos legais quanto ao profissional de AEE, observamos que para cada criança com deficiência que é feita a inserção em nossa instituição de ensino, contamos com a presença de um AEE que acompanha a criança nas atividades diárias. São funcionários contratados pela MGS que trabalham oito horas diárias, durante o turno da manhã e da tarde. Isso quer dizer que cada funcionário pode ter até duas crianças com deficiência, ou até mais, conforme o caso.

O que me preocupa e me deixa em desconforto é que esse funcionário não possui nenhuma formação específica, tendo a exigência mínima do ensino médio e não recebe nenhuma formação em cursos e nem conhece cada caso antes de lidar diretamente com as crianças. Tanto o professor quanto os auxiliares de apoio ao educando passam a conhecer as especificidades de cada criança no decorrer do ano e por seu próprio interesse e pesquisa.

Os auxiliares de apoio ao educando, uma vez por semestre, participam de formação e palestras na SMED e nos relatam das necessidades de mais formações para exercerem seu trabalho com segurança e excelência.

Somando-se à desinformação dos profissionais, ou talvez até mesmo em função dela, verifica-se que em nosso país as políticas públicas de atenção à Saúde e educação da pessoa com deficiências ainda são pouco executadas. Torna-se necessário ressaltar a enorme carência de investimentos nesses campos, tanto no sentido de financiamento de projetos, quanto na capacitação dos profissionais.

Algumas questões se fazem pertinentes sobre a formação do profissional que trabalha com crianças com deficiência, uma vez que, se não se tem formação em ambiente acadêmico, não vai ser somente por meio da prática e do fazer diário que se vai adquirir essa experiência.

Contar com o esforço pessoal de cada profissional, para se fazer entender as especificidades de cada criança nas instituições de ensino, também é de extrema importância.

Verifica-se que uma formação continuada, aos auxiliares de apoio ao educando é necessário para que esse trabalho seja cada vez mais eficaz e garantido a essas crianças.

## 4. PROCEDIMENTOS

### 4.1 Aplicação de questionários para observar as demandas dos auxiliares de apoio ao educando

O plano de ação proposto por mim e pelas colegas professoras Lourdes, Luciana e Gabriela, foi apresentado, aos professores, gestão, auxiliares e pais das crianças com deficiência, da EMEI X.

As reuniões com os grupos foram previamente agendadas e afixamos cartazes em pontos estratégicos da EMEI, convidando e sensibilizando essas pessoas para esses encontros. Os encontros aconteceram para cada segmento, em dias diferentes, durante os horários de projeto, que tem a duração de uma hora por dia, onde o professor se ausenta da sala de aula para construir seu planejamento pedagógico, participar de formação continuada, fazer relatórios dos alunos, preencher e atualizar diários e planejamentos de aula, atendimento aos pais, entre outras funções.

Nessas reuniões explicamos sobre a necessidade e como seria realizado do plano de ação e que em breve faríamos outra reunião para aplicarmos questionários para observarmos as demandas de cada um.

O questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas descritivas. É a técnica mais utilizada em pesquisas quantitativas. É composto por uma série de perguntas a que a própria pessoa deve responder. Tem como vantagem, dentre outras, rapidez, maior alcance de número de pessoas, reduzido custo para coleta de dados, liberdade nas respostas e respostas uniformes. A maior desvantagem está no número reduzido de questionários que retornam ao pesquisador.

Apresenta também como vantagem o anonimato das respostas e conseqüentemente a liberdade do respondente expor sua opinião dentro da sua disponibilidade de tempo. Outro aspecto importante no questionário é o fato dele ser igual para todos os respondentes. Essa uniformidade está garantida na pergunta e nas respostas (RICHARDSON,2007, p.90)

Como somos quatro professoras da mesma escola, participando da especialização em educação inclusiva, a princípio tínhamos a ideia de fazer esse plano de ação juntas, envolvendo todos os segmentos da escola, mas, depois da

Análise Crítica da Prática Pedagógica (ACPP), a professora e orientadora Erika Lourenço nos orientou que cada uma de nós seguissemos com um grupo para a realização do plano de ação.

Após essa ACPP, nós nos reunimos e eu demonstrei preferência em trabalhar com o grupo das Auxiliares de Apoio ao Educando. Foi realizada uma reunião com as auxiliares no mês de abril, onde apresentei para elas os desdobramentos do plano de ação e expliquei sobre a aplicação dos questionários, marquei a data e o local de aplicação do mesmo. O questionário que foi aplicado, como pode ser visto no apêndice A, apresentava perguntas como: O que você entende por educação inclusiva? Você acredita no processo de inclusão do sujeito com deficiência na escola regular? Qual o maior desafio para a educação inclusiva? A EMEI atende as suas expectativas para a inclusão da pessoa com deficiência? Você acredita na parceria família e escola como forma de crescimento para todos? Você se interessaria em participar de formações e rodas de conversas a respeito da inclusão da pessoa com deficiência?

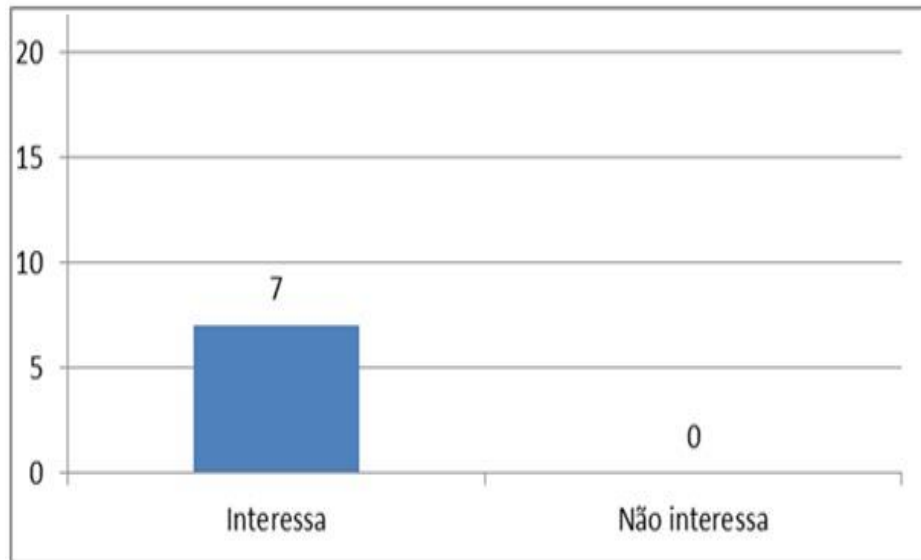
O objetivo desse questionário era de identificar como a educação inclusiva era percebida pela equipe das auxiliares de apoio ao educando da EMEI. E ainda destaquei sobre a sua importância, pois, através daquelas respostas e opiniões, poderíamos desenvolver ações para melhorar a inclusão dos alunos com deficiência na nossa escola. Ele foi aplicado aos auxiliares de apoio ao educando, nesse mesmo mês. Foi dado um prazo de três dias para recolhê-los respondidos. Das 19 auxiliares de apoio ao educando, sete devolveram os questionários preenchidos. Assim, percebe-se que maior desvantagem desse método de pesquisa está no número reduzido de questionários que retornam ao pesquisador.

Para uma melhor visualização quantitativa dos resultados, foram feitos gráficos das perguntas e respostas detalhando as demandas desse grupo de auxiliares. Esses gráficos foram afixados em locais diferentes na EMEI e em seguida foi marcado um novo encontro com as auxiliares para conversar e traçar metas sobre as suas demandas. As respostas apontam para uma falta de formação e concepção sobre a Educação Inclusiva, além do incômodo do grupo ao relatarem sobre a expectativa da inclusão da pessoa com deficiência na EMEI.

Merece atenção especial aqui a questão seis do questionário que se encontra no apêndice A que discutia sobre o interesse das auxiliares em participar de

formações na EMEI X. Destaca-se que o total das auxiliares que responderam à essa pergunta demonstra interesse nesses encontros.

GRÁFICO 1 – RESPOSTA À QUESTÃO “VOCÊ SE INTERESSARIA CASO A EMEI, PUDESSE OFERECER FORMAÇÕES, PALESTRAS, RODAS DE CONVERSA, A RESPEITO DA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA?”



Fonte: Respostas aos questionários aplicados às auxiliares de apoio ao educando na EMEI X

#### 4.2 A importância da roda de conversa, formações e das oficinas em grupo

Através da análise do gráfico 1, observa-se que todas as auxiliares que responderam e devolveram o questionário, buscavam por rodas de conversas, oficinas e formações dentro da EMEI. Então, me propus a oferecer esses encontros aos auxiliares em seus respectivos horários livres na EMEI, e o grupo aceitou prontamente a minha proposta. A partir daí, planejei como seriam os encontros e como eles aconteceriam.

As oficinas são instrumentos poderosos em uma escola, que possibilita a inovação, a troca de experiência e a construção de conhecimento. De acordo com Afonso (2006), o conceito de oficina é:

Oficina é um trabalho estruturado com grupos, independentemente do número de encontros, sendo focalizado em torno de uma questão central que o grupo se propõe a elaborar, em um contexto social. A elaboração que se busca na Oficina não se restringe a uma reflexão racional mas envolve os sujeitos de maneira integral, formas de pensar, sentir e agir. (Afonso, 2006)

É através das rodas de conversas, formações e oficinas em grupo, que os professores terão a oportunidade de interação com o grupo de auxiliares, o que tornará a experiência ainda mais enriquecedora. O estudo de algum tema em

formações permite a comparação entre experiências diversificadas, o que propicia uma abordagem reflexiva dos desafios encontrados por esses profissionais. O principal objetivo será, então, uma construção coletiva de conhecimentos. Portanto, ela deve ser aberta a vivências, diálogos e partilha.

Lourenço (2010) nos mostra que a formação continuada é uma excelente ferramenta para a inclusão, porém, embora seja importante, não pode ser considerada uma condição suficiente para a construção de uma escola inclusiva.

Nas oficinas em grupo, as pessoas se mobilizam para uma solução. A ideia principal é envolver os auxiliares em um aprendizado que possa se refletir diretamente na prática com as crianças com deficiência.

Mas o professor deve ter em mente que como nos fala (Lourenço, 2010, p.37), “a exclusão escolar é um problema não apenas de ordem pedagógica” e que “não tem como ensinar exatamente o que fazer ou como proceder”

Para alcançar os resultados, as oficinas deverão ser previamente planejadas, sendo necessário definir claramente qual será o propósito desse momento. É importante que o professor tenha em mente quais são as principais necessidades dos auxiliares, para que tenham maiores chances dessa ação gerar resultados positivos na escola.

Espera-se que o coordenador das oficinas seja capaz de, por um lado, incentivar os processos de aprendizagem do grupo e, por outro lado, analisar as relações que se estabelecem entre os componentes do grupo e colaborar para os processos de reflexão e insight. (Afonso, 2006)

O término da oficina deve levar os auxiliares a refletir sobre o antes e o depois desse momento de aprendizagem. Então, comparar seus conceitos anteriores e atuais, sua prática prévia e a que pretende adotar

### **4.3 O plano de ação**

Um dos grandes desafios que vivemos dentro da Rede Municipal de Ensino (apesar de serem muitos) é a inclusão escolar, uma vez que muitas vezes temos que pesquisar e estudar bastante cada caso, para que possamos trabalhar no sentido de contribuir para a educação das crianças com deficiência.

Durante esses anos de trabalho nós professoras e as auxiliares de apoio ao educando em todo o momento, nos deparamos com a inserção das crianças com deficiência e tentamos nos organizar ao máximo para oferecer apoio e trabalho

pedagógico que ajude no desenvolvimento dessas crianças dentro de sala e no espaço físico da escola, além da sua socialização. Será que nossa Instituição tem trabalhado de forma efetiva para garantir uma educação inclusiva? Seriam necessárias formações, palestras, troca de experiências e respeito da inclusão da pessoa com deficiência?

A inclusão de crianças com deficiência, é um ponto que merece atenção e que precisa de estudo, formação e aprofundamento, daí a necessidade de compreender e reconhecer as dificuldades que cada o auxiliar de apoio ao educando possui em relação ao tema, e pesquisar as suas percepções sobre o processo de inclusão.

Identifiquei, então algumas ações a serem realizadas como parte integrante do meu plano de ação, onde convidei a professora Martha Mota, que trabalha no A.E.E, de uma escola Municipal de Belo Horizonte, como pode ser visto na figura 2, para realizar uma formação com os auxiliares de apoio ao educando e acrescentei no meu plano de ação outra formação com o professor de A.E.E Moisés Camilozi, conforme pode ser visto na figura 3, lotado em uma escola municipal, na regional noroeste. Propus alguns temas para o grupo de auxiliares escolher e a maior parte delas destacou sobre o interesse de falar sobre o papel que elas exercem na educação inclusiva e sobre materialidade.

No final, fizemos um encontro para avaliação do plano de ação, onde cada auxiliar preencheu o questionário de avaliação, que se encontra no apêndice B, para após a sua análise, traçarmos as metas para os próximos anos.

As formações com os convidados aconteceram na forma de rodas de conversa e para a minha alegria pude contar com a presença e motivação de praticamente todo o grupo de auxiliares da EMEI. No final do último encontro para a avaliação do meu plano de ação, e observa-se na figura 4, uma das auxiliares sugeriu que continuássemos a nos encontrar, uma vez por mês, nos próximos anos. A proposta foi aceita por mim e pelas auxiliares de apoio ao educando.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a execução do plano de ação foram utilizados alguns procedimentos metodológicos trabalhados passo a passo, para que o mesmo fosse concluído e analisado.

### 1º Encontro:

FIGURA 2– FORMAÇÃO COM A PROFESSORA DO A.E.E – MARTHA MOTA



Fonte: Arquivo Pessoal(2019)

A primeira atividade realizada, conforme a figura 2, foi uma reunião de formação, no mês de maio de 2019, com a presença da professora de A.E.E, Martha do Nascimento Mota, lotada nesse cargo desde o ano de 2010. O objetivo desse encontro foi de informar e discutir com as auxiliares de apoio ao educando sobre a real situação delas, bem como caracterizar o papel desses funcionários no processo de inclusão, dentro da Rede e da Instituição que atuamos.

Nesse momento, discutimos pontos positivos, negativos e possíveis intervenções para uma Educação Inclusiva com maior qualidade. A professora Martha Mota enfatizou que o professor é autoridade em uma sala, e que a partir de suas orientações, o auxiliar deverá auxiliá-lo no processo de inclusão. Que é fundamental a parceria desses dois profissionais, pois são duas pessoas importantes dentro de uma sala, com funções educativas diferentes no contexto da educação inclusiva.

Orientou também que o auxiliar não deverá dar atenção centralizada ao estudante com deficiência, ele deve ter uma interação importante com a turma toda, colaborando para que o aluno com deficiência interaja com seus pares para otimizar



a sua aprendizagem. Enfatizou que as atividades devem ser acessíveis, onde o professor, junto com o auxiliar e em parceria com o A.E.E, podem construir recursos e estratégias de aprendizagem para minimizar ou romper com as barreiras do conhecimento, como recursos de tecnologia assistiva para trabalhar a comunicação e aprendizagem. Houve a presença de um grupo de 12 auxiliares e elas puderam tirar algumas dúvidas sobre o papel delas dentro de sala de aula com a criança com deficiência e também de formalizar uma relação de parceria com a professora do A.E.E. Discutimos casos reais dessas crianças e foi um momento muito importante para tirar dúvidas e realizar trocas de experiências.

A auxiliar V, fez a seguinte pergunta:

*“Às vezes sinto falta de materiais concretos para trabalhar em sala de aula com a criança com deficiência. Tenho autonomia para construir jogos para melhorar a sua aprendizagem?”*

Nesse momento a professora Martha disse que ela pode sim, mas o professor irá delegar trabalho de acordo com as especificidades de cada aluno. O trabalho será desenvolvido para todos da turma porque o processo de ensino é do professor, que deve estar sempre repensando nas diversas formas de ensinar. E são nessas formas que conseguimos a aprendizagem.

Em seguida, a auxiliar L, fez a colocação:

*“Hoje em dia, eu acho que está podendo ser um trabalho muito melhor e até com muitas ações: um auxiliar com uma ação anterior passa para as outras, o que de melhor ela trabalhou com a criança e que foi uma experiência de qualidade, o nosso trabalho hoje é fruto de experiências adquiridas ao longo desses anos e vivências que a própria escola teve”.*

Foi comentado novamente sobre a parceria entre o professor e o auxiliar e a dos auxiliares entre si. Falou-se sobre a importância de um ajudar o outro, trocar experiências e do auxiliar de apoio como agente mediador na aprendizagem. É que o aprendizado acontece em todo o tempo e em todos os espaços da escola.

E para finalizar, a auxiliar P perguntou para a professora:

*“Às vezes a criança não demonstra interesse por nada e nem pelos colegas em sala de aula. Como eu faço para incluir esse aluno no grupo?”*

A professora explicou que na medida em que a criança interage com o ambiente ela aprende. Ela ganha possibilidades de desenvolver e de ampliar seu tempo de atividade. E relatou sobre a necessidade de sempre levar o aluno até as outras

crianças ou chamá-las para perto dele. Tanto no ambiente interno, quanto no ambiente externo da escola, desde que respeite o tempo desse aluno.

Ao final do encontro, as auxiliares comentaram que acharam que o tempo destinado para a formação foi pequeno sugeriram que a próximo encontro acontecesse na hora do intervalo de almoço delas. Demonstraram também o que gostariam de ouvir na próxima formação e a maioria optou pelo assunto materialidade.

Todos têm o direito a aprender e a se desenvolver em qualquer escola, a qual deve respeitar as diferenças, limites e facilidades de cada estudante. Por essa razão, é preciso estruturar as escolas para facilitar que as políticas inclusivas sejam seguidas e caracterizar o papel de cada profissional no processo de inclusão, para assim poder ajudar os alunos com deficiência a se desenvolverem cada vez mais.

## 2º Encontro:

FIGURA 3 – FORMAÇÃO COM O PROFESSOR DO A.E.E – MOISÉS CAMILOZI



Fonte: Arquivo Pessoal(2019)

A segunda atividade realizada, conforme a figura 3, foi uma de uma formação, no formato de uma roda de conversa, com o professor de A.E.E da regional noroeste, Moisés Camilozi. Esse encontro aconteceu no mês de junho de 2019 e como foi realizado no intervalo de almoço das auxiliares, houve a presença de praticamente todas as auxiliares.

Iniciei o encontro com a leitura da fábula “Um rato, uma fazenda e os demais”, e em seguida abri espaço para comentários. Alguns dos comentários feitos no grupo de auxiliares de apoio ao educando foram:

*“Todos nós temos um único objetivo, a escola funciona em prol dos alunos, o problema de um, deverá ser problema de todos”.*  
*“Devemos tratar os colegas com respeito e ajudar nas horas de necessidade, temos que ter respeito, compromisso com o outro e amor”.*  
*“Devemos pensar no próximo e não apenas nos nossos problemas”.*  
*“Precisamos começar a enxergar o outro com mais respeito”.*

Em seguida, o professor Moisés Camilozi mostrou vários exemplos de materialidade e deixou claro que todos os profissionais da escola, inclusive os auxiliares de apoio, são agentes mediadores e que a principal técnica para a aprendizagem é o estímulo que professores e auxiliares podem provocar nas crianças com deficiência. Disse também que os auxiliares são pessoas fundamentais nesse processo e que poderão auxiliar os professores na construção desses jogos que deverão ser construídos não só para a criança com deficiência, mas para toda a turma, e que na concepção do A.E.E, o professor de apoio poderá utilizar recursos de tal atendimento como forma de intervenção com a finalidade de facilitar e mediar o acesso ao conteúdo de sala, bem como o uso de tecnologia assistiva para o benefício da aprendizagem, proporcionando ao aluno um acesso adaptado à informação dada em aula.

*“O mediador pode atuar como intermediário nas questões sociais e de comportamento, na comunicação e linguagem, nas atividades e/ou brincadeiras escolares, e nas atividades pedagógicas, nas limitações motoras ou da leitura, nos diversos níveis escolares. Um mediador estimulando a aquisição de linguagem e habilidades sociais no cotidiano escolar amplia a possibilidade da quantidade de estímulo recebido, como também a qualidade já que sempre ocorrerá em situação real de uso, diferente do que se pode proporcionar num consultório”..(Moussinho, 2010)*

Após essa troca de experiências, ocorreu a fala das duas auxiliares, de dois irmãos que estudam em salas diferentes, sobre o grande avanço que as crianças obtiveram ao longo do período em que elas frequentam a nossa Instituição e de como a família sempre deixa claro para elas e para toda a equipe da EMEI, nas reuniões e até informalmente, que está satisfeita com o trabalho realizado com as crianças.

Percebemos a relevância e importância de tal discussão, pois a mesma estava contribuindo para a formação do grupo e das demais auxiliares novatas que estavam sendo inseridas na Instituição naquela época, que ainda não apresentavam experiências com o trabalho com crianças com deficiência.

### 3º ENCONTRO:

FIGURA 4 – APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO



Fonte: Arquivo Pessoal(2019)

O terceiro encontro realizado, conforme a figura 4, teve a finalidade de aplicação de um questionário de avaliação do plano de ação que foi desenvolvido no primeiro semestre de 2019, aconteceu com a presença de oito auxiliares. Esse último encontro foi realizado no mês de agosto de 2019 e conforme foi pedido pelo grupo, ele aconteceu no intervalo de almoço das auxiliares de apoio, na própria EMEI. Após responderem o questionário de avaliação, que se encontra no apêndice 2, as auxiliares manifestaram o interesse em continuarmos com os encontros para os próximos anos.

O grupo de auxiliares, através do questionário de avaliação, relatou sobre a motivação e a alegria de terem participado das formações na forma de rodas de conversas e da importância dos temas escolhidos para os encontros. Como o assunto foi escolhido pelas auxiliares, percebi que houve uma maior demonstração de interesse por parte delas.

O coordenador deve cuidar para que sua presença não seja intrusiva, a fim de não impor atividades que o grupo não se sinta a vontade para realizar em um momento específico e a fim de não assumir o lugar de único detentor da verdade e do conhecimento (AFONSO, 2006)

A participação dos auxiliares de apoio ao educando, nas rodas de conversa e formação é um dos desafios e objetivos a serem alcançados após essa pesquisa, no sentido de proporcionar atividades diversificadas e a participação efetiva desse grupo de profissionais. A respeito das perspectivas para o futuro sobre o processo de inclusão, as auxiliares se colocaram de forma positiva e ainda que é algo que tende a

melhorar cada dia mais, apresentam a importância da formação e conhecimentos como alguns dos casos citados abaixo:

*“Está caminhando para ser cada vez mais tranquilo. Continuo batendo na tecla de que nós auxiliares temos que ser preparadas para isso e devemos ter formação, estudo para a inclusão. Não é só, vamos incluir e apenas cuidar da criança, para mim não é inclusão! Tem que haver o conhecimento, eu acho e espero que no futuro seja melhor, pois essa proposta de continuar com nossos encontros é fundamental!”*

*“É importante, antes de conhecer a criança, possamos reunir com a professora e direção para saber um pouco sobre sua deficiência para organizarmos o nosso trabalho”*

*“Gostei muito das reuniões, mas achei o tempo muito curto. Sugiro aumentar o tempo nos próximos encontros”.*

*“Foi importante a oficina com matérias. Tive muitas ideias e até já fiz combinados de fazer jogos, com o apoio da professora da turma que trabalho”.*

A fim de criar meios para que a eficácia das formações aconteça, o coordenador deve estar sempre atento ao grupo e buscar estratégias e técnicas para que essa troca de experiência aconteça.

*“As vivências nas oficinas propiciam não apenas a tomada de consciência, mas também processos de mudanças no comportamento, nas emoções, nos sentimentos e na forma de perceber e compreender a realidade. Isso é possível à medida que encorajam os participantes do grupo a experimentar comportamentos diferentes daqueles que estão acostumados a apresentar se comportar de maneira diferente e que permitem que as experiências sejam compartilhadas, comparadas, apreciadas e validadas pelos membros do grupo.” (ROSE MILITÃO (2000, apud LOURENÇO (2010, p 48)*

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho com o foco no ponto de vista dos Auxiliares de Apoio ao Educando e realizado com o formato de rodas de conversa e formações, me fez refletir que temos uma Instituição que trabalha com compromisso e responsabilidade. Após realizar estudos sobre os auxiliares de apoio ao educando na inclusão de crianças com deficiência, percebi que o processo de inclusão está garantido por lei para todas as crianças, mas que ainda precisa ser realmente efetivado nas instituições através de recursos financeiros e investimentos nessa área, no sentido de dar condições de uma maior formação desses profissionais.

As formações e rodas de conversas devem ser um espaço onde os auxiliares reflitam sobre as experiências e para isso, é necessário que o grupo não veja como uma atividade obrigatória, mas um caminho para novas descobertas e aprendizagens a respeito do tema escolhido para se trabalhar naquele momento, sendo necessário, um trabalho em parceria professor/auxiliar.

De acordo com Lourenço (2010, p.45), as oficinas em dinâmicas de grupo têm sido consideradas importantes instrumentos de intervenção na área da educação.

Percebi a importância do conhecimento que cada auxiliar possui e que devemos garantir o desenvolvimento de cada criança com deficiência dentro do seu potencial físico, cognitivo afetivo, garantindo uma inclusão de qualidade de forma que o aluno participe efetivamente das atividades.

Através desse plano de ação pude perceber que as auxiliares de apoio ao educando envolvidas nesse processo têm um compromisso com o trabalho desenvolvido com a inserção das crianças com deficiência e juntamente com o professor, buscam estratégias e necessitam de uma formação continuada para que o trabalho seja realmente de qualidade.

São percebidos também grandes avanços e melhorias em relação a socialização das crianças e um trabalho de qualidade, compromisso e respeito. Mas que temos muito a conquistar, conhecer e pesquisar sobre os benefícios e a eficácia das formações, rodas de conversas e oficinas em grupo.

Mais do que aulas, as atividades que compõem as oficinas têm como foco a avaliação crítica do cotidiano escolar, tomando como referencial as propostas da educação inclusiva, bem como a criação de um espaço para a troca de experiências entre professores e para a construção conjunta de estratégias pedagógicas inclusivas (LOURENÇO, 2010, p.57)

Ressalto ainda, além das formações para os auxiliares de apoio ao educando, a sua valorização sobre o importante papel que executam, juntamente com o professor, no desenvolvimento e na aprendizagem da criança com deficiência.

Os resultados expostos neste plano de ação foram percebidos como grandes aprendizagens dos auxiliares de apoio ao educado, mas ainda há muito o que se fazer. As formações continuadas com o grupo, na forma de rodas de conversa, continuarão acontecendo na EMEI nos próximos anos, no formato de encontros mensais, com assuntos e temas variados sobre a inclusão de pessoas com deficiência, promovendo assim a troca de experiência e aprendizados e a busca para que a educação inclusiva comprometida com essas crianças, seja sempre eficaz.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, M, L, M - **Oficina em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

ANTUNES, Celso, **Manual de técnicas de dinâmica de grupo de sensibilização ludopedagógica**/ Celso Antunes – Rio de Janeiro: Editora Vozes; Petrópolis, RJ 1992

BELO HORIZONTE – Nota técnica nº 22, de 07 de março de 2013 - Dispõe sobre as funções do auxiliar de apoio ao educando

BELO HORIZONTE. Lei nº 11132, de 11 de setembro de 2018. Dispõe sobre a emancipação das Umeis/ de 11 de setembro de 2018.

BRASIL - DECRETO 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto n. 6.253, de 13 de novembro de 2007.

BRASIL - Decreto Nº 5.296, 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis Nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e a Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF, 2004.

BRASIL - Ministério da Educação. Plano de Desenvolvimento da Educação: Plano de Desenvolvimento da Educação razões, princípios e programas. Brasília, 2007.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 dez. 1999.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.



BRASIL. LDB nº 9394, de 20 dez. 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. Brasília, DF: Ministério da educação e Cultura. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>> Acesso em julho 2019.

BRASIL. Lei de Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de fevereiro de 2001. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração dos Direitos da Criança, 1959.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade. Brasília, 2006.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. Lei nº 10.172 de 9 de Janeiro de 2001. Ministério da Educação e do Desporto. Brasília: Diário Oficial da União de 10 de Janeiro de 2001.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 set. 2001. Conselho Nacional de Educação. Câmara de educação Básica. Brasília: 14 set. 2001. p. 39-40.

Declaração de Salamanca Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/res2.txt>> Acesso em julho 2019.

LOURENÇO, E. **Cadernos da Diversidade**. Conceitos e Práticas para refletir sobre a Educação Inclusiva. Belo Horizonte; Ouro Preto MG: UFOP. Autêntica 2010

.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Editora Moderna, 2006.

MINAS GERAIS, Secretaria de Estado de Educação. **Projeto Incluir**. Belo Horizonte, 2006. \_\_\_\_\_. **Rede de Trocas – Inclusão Escolar**- A Rede Constrói Possibilidades. Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte: 2000.

MOUSINHO, Renata. Mediação escolar e inclusão - revisão, dicas e reflexões/Renata Moussinho - Revista de Psicopedagogia, São Paulo, 2010

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração dos Direitos da Criança, 1959.

PARANÁ. Instrução nº 004, de 07 de fevereiro de 2012 - SEED/SUED. Secretaria do Estado da Educação, Superintendência da Educação-SUED/SEED

RICHARDSON, Roberto. **Pesquisa Social, métodos e técnicas**/ Roberto Richardson  
São Paulo: Editora Atlas, 2010.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro : WVA, 1997.

## APÊNDICE A

Este é um levantamento que tem como objetivo identificar como a educação inclusiva é percebida pela comunidade de pais e educadores da EMEI Castelo. A opinião de todos é muito importante para que possamos desenvolver ações para melhorar a inclusão dos alunos com deficiência na nossa EMEI. Assim, pedimos a sua participação neste levantamento, respondendo às perguntas abaixo.

Agradecemos por sua colaboração!

1- O que você entende por Educação Inclusiva?

---



---

2-Você acredita no processo de inclusão do sujeito com deficiência na escola regular? Justifique sua resposta.

---



---

3- Para você, qual é o maior desafio para a Educação Inclusiva:

- ( ) Políticas Públicas
- ( ) Falta de ação/ envolvimento por parte da equipe escolar.
- ( ) Participação das famílias
- ( ) Formação especializada das professoras
- ( ) Outros (especifique)

---

4- A EMEI Castelo atende as suas expectativas para a inclusão da pessoa com deficiência? Justifique sua resposta.

---



---



---



---

5- Você acredita na parceria família/escola como forma de crescimento para todos? Como você acha que esta parceria poderia acontecer?

---

---

---

6- Você se interessaria caso a EMEI Castelo, pudesse oferecer formações, palestras, troca de experiências a respeito da inclusão da pessoa com deficiência?

(     )SIM

(     )NÃO

**APÊNDICE B**

Neste questionário, viso a avaliação das rodas de conversa e das formações. Pretende-se através dele, avaliar os pontos positivos e negativos dos nossos encontros, de modo que seja possível o encaminhamento de soluções para nossos próximos encontros.

Em cada questão, assinale **sim**, **parcialmente** ou **não** conforme seu julgamento.

Agradeço a participação

1 – A motivação dos participantes foi adequada para a compreensão dos assuntos propostos?

(     ) SIM           (     ) PARCIALMENTE (     ) NÃO

2 – Os assuntos propostos nas rodas de conversa e formações foram interessantes para a sua prática?

(     ) SIM           (     ) PARCIALMENTE (     ) NÃO

3 – O tempo destinado aos encontros foi adequado?

(     ) SIM           (     ) PARCIALMENTE (     ) NÃO

4 – A proposta estimulou novas ideias?

(     ) SIM           (     ) PARCIALMENTE (     ) NÃO

5 – Apresenta interesse em continuar a participar de rodas de conversa e formações?

(     ) SIM           (     ) PARCIALMENTE (     ) NÃO

6- Comentários e sugestões: